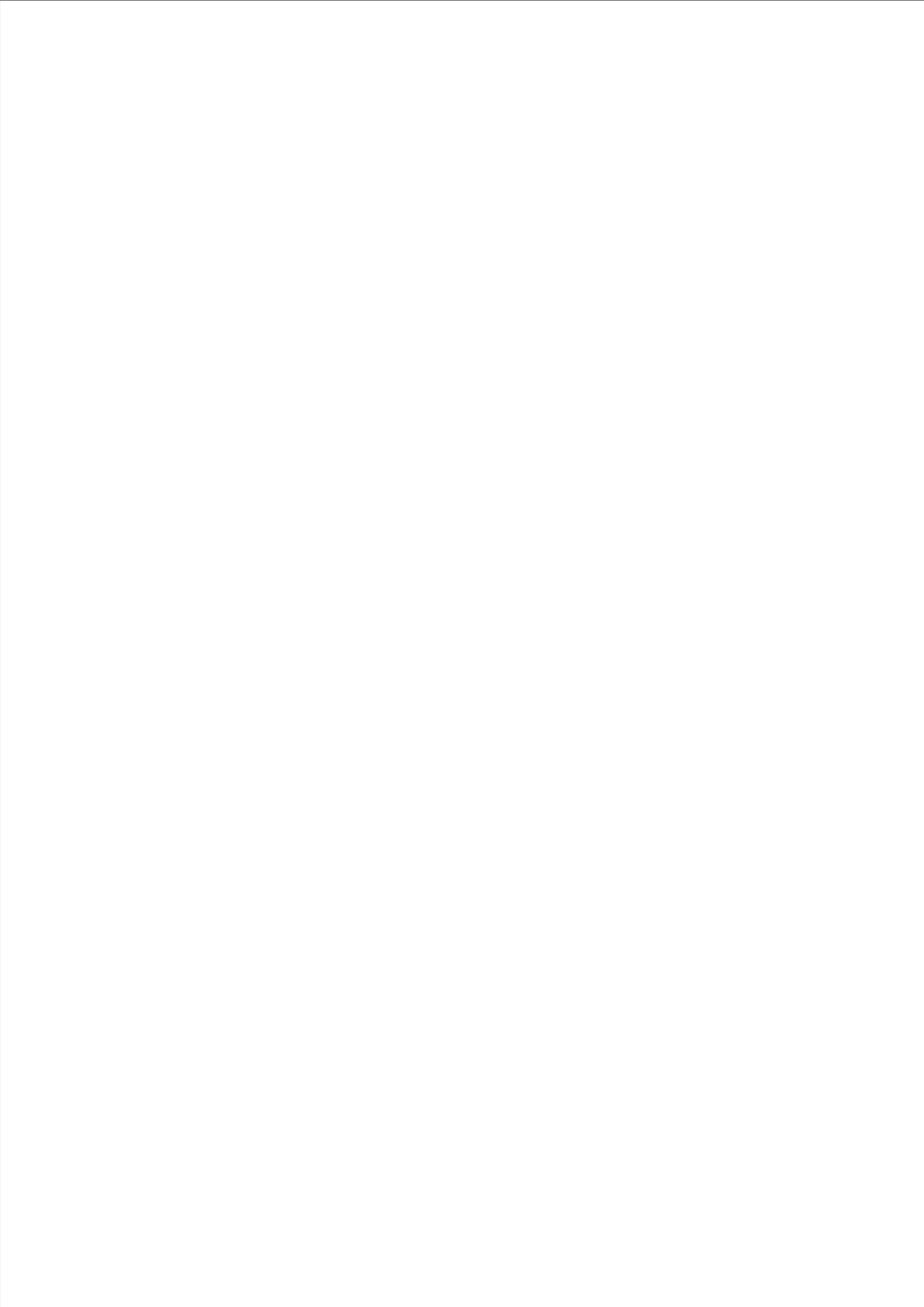


# ENCONTRO DISTRITAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA





## FICHA TÉCNICA

Título:

Encontro Distrital de Pessoas em Situação de Pobreza.

Edição:

Núcleo Distrital de Vila Real da REAPN

Rua Dr. Manuel Cardona, 2 - B

Edifício da Cruz Vermelha

5000-558 Vila Real

Autor

Pedro Silva

Data de edição

2009

DL.



## ÍNDICE

Nota introdutória .....	3
PARTE 1	
Auscultação das pessoas em situação de pobreza – a experiência da Reapn .....	4
PARTE 2	
Encontro distrital de pessoas em situação de pobreza em Vila Real I objectivos e fundamentação...7	
PARTE 3	
Abordagem conceptual I conclusões do encontro distrital de pessoas em situação de pobreza .....	12
PARTE 4	
Bibliografia .....	17



## NOTA INTRODUTÓRIA

O Núcleo Distrital de Vila Real da Rede Europeia Anti - Pobreza / Portugal (REAPN), no âmbito do seu Plano de Actividades anual, promoveu o Encontro Distrital de Pessoas em Situação de Pobreza. Esta acção decorreu no Instituto Português da Juventude, no dia 22 de Maio de 2009.

Com o objectivo de chamar à participação pessoas que vivem em situação de pobreza e/ou exclusão social e potenciar uma reflexão sobre as causas e formas de enfrentamento encontradas por estas pessoas, o Núcleo Distrital de Vila Real da REAPN pretendeu introduzir no distrito um trabalho que permitisse uma reflexão sobre as formas de pobreza do ponto de vista das pessoas em situação de pobreza, nomeadamente a percepção que estas pessoas têm das medidas de política social de que beneficiam ou que deveriam beneficiar. Com esta acção pretendemos ainda ir ao encontro dos objectivos políticos prioritários apontados pelo Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2010, nomeadamente a mobilização e participação dos principais actores. Segundo as recomendações do PNAI 2008-2010, as entidades que mais directamente trabalham com as pessoas e grupos devem continuar a trabalhar no sentido de mobilizar e activar a participação das pessoas que vivem em situação de pobreza.

A par desta reflexão, aliou-se um espaço de carácter mais formativo contribuindo deste modo para colmatar as dificuldades muitas vezes sentidas por estes cidadãos/ãs em situação de desfavorecimento social no que diz respeito à gestão do rendimento mensal. Procurámos introduzir e reforçar os comportamentos ajustados no âmbito da gestão económica.

Assim sendo, este documento que agora se apresenta tem como principal objectivo disseminar a auscultação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social do distrito numa lógica de desmistificar o conceito de pobreza e a imagem que a sociedade civil constrói das pessoas que têm direito a usufruir de medidas concretas de política social.

O documento divide-se assim em 3 partes essenciais: dar a conhecer a experiência que a REAPN possui na defesa da auscultação das pessoas em situação de pobreza (parte 1); explanar os objectivos, fundamentação e metodologia adoptada pelo encontro distrital de pessoas em situação de pobreza (parte 2); através de uma abordagem conceptual permitir relacionar estes conceitos com os princípios e valores deste encontro referindo sempre a relevância da participação do público excluído no seu processo de inclusão; as conclusões do encontro, da autoria do antropólogo Pedro Silva, transmitidas no final do encontro a todos os presentes (parte 3).

Finalizando estas notas prévias, resta-nos apenas proceder aos agradecimentos de todos os que contribuíram para a operacionalização da nossa actividade. Destacamos naturalmente as 9 mulheres em situação de pobreza que prontamente aceitaram o nosso desafio; ao facilitador Óscar Bernardes que dinamizou todo o workshop de reflexão de forma equilibrada e participada assim como soube transmitir de forma informal e muito profissional conselhos e dicas sobre economia doméstica; ao relator Pedro Silva que exerceu o seu papel como antropólogo e observador não participante de forma eximia e muito profissional; e, por último às equipas do Rendimento Social de Inserção do Centro Social e Paroquial de Santa Eulália da Cumieira de Santa Marta de Penaguião, da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua da Cáritas Diocesana de Vila Real, que nos apoiaram e contribuíram para o exercício de cidadania deste grupo.



## PARTE 1

### Auscultação das pessoas em situação de pobreza: a experiência da reapn

A ideia subjacente à filosofia destes eventos é “dar voz aos excluídos” às pessoas que normalmente não a têm em quase nenhuma circunstância e de promover a discussão e a participação dessas pessoas de forma a poderem pronunciar-se sobre as medidas de política social que os afectam directa ou indirectamente desde a sua concepção à avaliação. Esta filosofia vem sendo uma das “bandeiras” da REAPN desde a sua fundação, quer a nível nacional quer a nível europeu. A Assembleia – Geral da European Anti – Poverty Network (EAPN), em 2000, em Barcelona, definiu a Participação como sendo uma parte essencial da estratégia da inclusão. Na declaração final, os delegados pediam a todas as estruturas das redes nacionais que realizassem um esforço para “procurar vias de aumentar a participação das pessoas em situação de pobreza no trabalho desenvolvido pelas redes”. Este foi o ponto de partida para a realização dos Encontros Europeus das Pessoas em Situação de Pobreza, cujo primeiro foi realizado em Bruxelas, em 2001. Ao nível europeu, e com a participação todos os anos da delegação de Portugal, já foram realizados 8 encontros de pessoas em situação de pobreza. Nestes encontros a EAPN procura inovar nas metodologias e estratégias de operacionalização deste evento. Contudo, a nossa filosofia é sempre a mesma: “dar voz aos excluídos” porque acreditamos que a participação é uma condição essencial para a inserção social.

Ao nível nacional, a REAPN tem vindo a criar momentos únicos de participação a partir dos seus Núcleos e da sede. Iniciámos esta vontade de promover a participação do público excluído, desde logo, a partir da nossa participação activa no processo de concepção dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI), tendo manifestado, por diversas vezes, a necessidade de criação das condições necessárias para a mobilização e a participação dos grupos sociais desfavorecidos no seu processo de inclusão. Com a experiência dos Encontros Europeus e com a vontade uníssona de contribuir para a participação dos públicos excluídos, a REAPN deu os seus primeiros passos com a realização, a 2 de Fevereiro de 2002, em parceria com o Ministério do Trabalho e Solidariedade (Instituto para o Desenvolvimento Social), de Fóruns Regionais de Auscultação em seis distritos do país: Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Lisboa e Porto, com beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (actual Rendimento Social de Inserção), procurando envolver os protagonistas de uma das principais medidas de luta contra a pobreza. Pela primeira vez, de uma forma organizada, foi promovido um momento de escuta e análise dos fenómenos de pobreza tendo como destinatários os próprios desfavorecidos.

Se já era a nossa intenção que esta primeira iniciativa abrisse portas a formas de consulta alargadas e permanentes, permitindo o reforço do movimento associativo

daqueles que directamente são visados, em primeira instância, pelas políticas sociais, no sentido da sua efectiva e plena inclusão na sociedade, após o primeiro passo dado e uma avaliação positiva do mesmo, e tendo ainda em consideração as expectativas criadas com o iniciar deste processo, a REAPN viria a realizar a 23 de Fevereiro de 2002, no Centro Social e Paroquial da Batalha, um Encontro Nacional, assumindo o seu lugar natural, consolidando e dando a expressão a um dos seus mais nobres objectivos: dar voz aos excluídos e às suas formas associativas e com isso contribuir positivamente para a definição das políticas sociais de uma forma inclusiva e horizontal.

A partir de 2002 e tendo em conta estas experiências, a REAPN sentiu um interesse profundo em protagonizar todo este processo no sentido de dar continuidade a estas iniciativas realizadas em 2002. Esta continuidade concretiza-se na implementação de estratégias para a mobilização dos próprios desfavorecidos que tem a sua tradução mais directa e visível no projecto “Activar a Participação”<sup>1</sup>.

Desde este período a REAPN tem vindo a realizar eventos de cariz mais distrital envolvendo directa ou indirectamente o público excluído. Concretamente em 2007 e 2008, a partir da estrutura criada dos Núcleos Regionais (participação de cada Núcleo distribuídos pelas regiões Norte, Centro e Sul), a REAPN construiu os Encontros Regionais de Pessoas em Situação de Pobreza, realizados sempre no Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza (17 de Outubro). Estes encontros foram dinamizados a partir da constituição de delegações distritais de pessoas em situação de pobreza (dinamizadas pelos Núcleos Distritais). A metodologia encontrada passou muito pela auscultação das pessoas em situação de pobreza mas com uma vertente mais de *lobby*. O grande objectivo destes Encontros foi a partir do exercício de cidadania praticado por estes participantes promovermos no final do encontro um painel de respostas com representantes de vários ministérios. Ou seja, os grandes decisores terem a percepção dos tipo de dificuldades que estas pessoas passam e sobretudo dar respostas concretas às suas necessidades. Esta metodologia permitiu muitas vezes perceber algumas fragilidades do sistema de protecção social contribuindo, deste modo, para melhorar as práticas e inovar as políticas sociais. Este será sempre um dos papéis da REAPN enquanto associação de luta contra a pobreza.

Em 2009, a REAPN propõe um caminho mais além. Ao avaliar toda a estratégia que a organização tem vindo a defender e os vários encontros e fóruns realizados, a REAPN propõe uma dinâmica diferente, envolvida numa estratégia mais concertada e pensamos nós, mais eficiente. Com vista a preparar o Ano Europeu de Luta Contra Pobreza (2010), a REAPN, a partir dos seus Núcleos Distritais, criou o Conselho Consultivo Nacional (CCN) de Pessoas em Situação de Pobreza. Este CCN pretende

---

<sup>1</sup>. Publicação disponível do Centro de Documentação e Informação do Núcleo Distrital de Vila Real da REAPN: “Activar a participação: um processo em construção” – Cadernos RedAcção nº 2.

ser a voz destas pessoas no país, a representação das pessoas em situação de desfavorecimento social para defender e promover o exercício dos seus direitos de cidadania. Pretendemos que seja o CCN a dinamizar acções no âmbito das comemorações do Ano 2010. Desta forma, realizou-se no Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza de 2009 realizou-se o I Fórum Nacional de Pessoas em Situação de Pobreza envolvendo a participação de 18 delegações distritais, compostas por 4 elementos cada num total de 62 pessoas. Neste encontro pretendeu-se apresentar o trabalho desenvolvido pelos Núcleos Distritais, no âmbito do fomento da participação das pessoas em situação de pobreza. Pretendemos ainda compreender a perspectiva das pessoas em situação de pobreza relativamente aos vários sistemas com que interagem no seu quotidiano (a definir pelo CCN), assim como contribuir para que as Pessoas em Situação de Pobreza analisem e reflectam sobre a sua própria situação, activando competências pessoais e sociais.

Ao longo destes anos, a acção da REAPN tem vindo a evoluir no sentido de fazermos mais e melhor, para activar a participação do público excluído. Sabemos que ainda temos que melhorar as nossas práticas e aprendizagens para que a nossa acção alcance tod@s. Em 1996, o Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, afirmou no I Fórum Europeu de Política Social: “É necessário mobilizar as pessoas”. “O diálogo é fundamental e nada pode ser feito sem a participação das bases. Temos de nos lançar na via de uma sociedade mais activa e participativa”. Estas palavras foram, ao longo dos anos, repetidas nas várias instâncias europeias tornando a democracia um exercício prático, construído, dia a dia, com as pessoas.



## PARTE 2

### Encontro distrital de pessoas em situação de pobreza em Vila Real I objectivos e fundamentação

Este encontro dividiu-se em três momentos chave: Wworkshop de reflexão: “A verdadeira participação é uma condição para a real inserção social”, dinamizado na parte da manhã pelo facilitador Óscar Bernardes e relatado por Pedro Silva; Workshop formativo: economia doméstica, dinamizado pelo facilitador Óscar Bernardes e a parte final da leitura e discussão das conclusões do encontro, a cargo do relator Pedro Silva.<sup>2</sup>

No final deste encontro podemos concluir que cumprimos os objectivos propostos. Assim sendo:

- Promovemos uma cultura de participação das pessoas em situação de pobreza; e/ou exclusão social numa lógica de auscultação e *empowerment*;
- Sensibilizamos a opinião pública para as questões da pobreza e exclusão;
- Promovemos a cidadania de grupos sociais mais vulneráveis;
- Promovemos a experimentação de novas estratégias de combate à pobreza;
- Compreendemos a natureza da pobreza na perspectiva das pessoas que se encontram em situação de pobreza e/ou exclusão social, mediante uma focalização das suas realidades, necessidades e prioridades;
- Permitimos que as pessoas em situação de pobreza façam uma análise das suas situações para que iniciem os seus próprios processos de redução de pobreza.

Tendo em conta os objectivos do encontro e a metodologia adoptada (metodologia participativa e utilização de métodos afirmativos e activos), esta actividade teve diferentes tipos de destinatários. O workshop reflexivo e o workshop formativo teve como destinatários finais 9<sup>3</sup> pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social. Estas pessoas foram sinalizadas pelas equipas do Rendimento Social de Inserção (RSI) dos concelhos de Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e Vila Real em parceria com Redes Sociais (Peso da Régua). As equipas do RSI tiveram um primeiro contacto com as pessoas que consideraram ter um perfil adequado para as dinâmicas do Encontro sendo que após esse contacto, o Núcleo Distrital de Vila Real da REAPN explicou toda a metodologia, objectivos, filosofia deste encontro a cada participante ficando assim cada um responsável opção em participar ou não.

---

2. Ver Capítulo das conclusões

3. Estavam previstas 11 pessoas em situação de pobreza (acima do nº máximo de participantes). Contudo, por motivos de saúde de duas participantes, não foi possível estarem no encontro e serem substituídas a tempo.

A parte final das conclusões estava aberta aos participantes, protagonistas de todo o encontro, técnicos superiores do Terceiro Sector, dirigentes, sociedade civil e meios de comunicação social. Estiveram presentes, assim, nas conclusões do encontro duas técnicas de equipas do rendimento social de inserção; 1 técnica do programa vida emprego (associada do Núcleo); 1 ajudante de acção directa da equipa do RSI e 9 pessoas em situação de pobreza.

#### Trabalho em parceria / envolvimento dos parceiros

Ao nível das parcerias, este Encontro contou com as equipas do Rendimento Social de Inserção de Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e Vila Real. Tal como já foi referido, as pessoas em situação de pobreza foram sinalizadas pelos técnicos das equipas tendo em conta os seguintes critérios: estar motivado para participar de livre vontade; viver uma situação de pobreza e/ou exclusão social; necessitar das informações transmitidas sobre economia doméstica. Estas equipas contribuíram ainda com o transporte das pessoas dos concelhos de Santa Marta de Penaguião e Peso da Régua. O envolvimento destas equipas foi muito positivo. Consideraram que este tipo de acções é de facto uma mais valia para a inserção destas pessoas, sendo que é necessário criar espaços de autonomização e capacitação, promovendo formação sobre temas muito adequados a este tipo de público.

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro contribuiu também para o desenvolvimento desta actividade através do relator professor da UTAD, Pedro Silva que trabalhou desde o início em parceria com este Núcleo.

#### Apoio / patrocínios

Ao nível dos apoios foi cedido uma sala do Instituto Português da Juventude de Vila Real assim como os materiais audiovisuais.

#### Disseminação

Os desdobráveis e certificados de participação foram produzidos pelo Núcleo Distrital de Vila Real da REAPN.

Foram enviados cerca de 140 desdobráveis de divulgação, distribuídos entre as instituições de solidariedade social do distrito de Vila Real (associadas ou não associadas), entidades públicas de carácter social (14 redes sociais), entre as quais se destacam, Câmaras Municipais, UTAD, Centros de Saúde.

Em relação aos meios de comunicação social, estiveram presentes Órgãos de Comunicação Social locais: Voz de Trás-os-Montes; Notícias de Vila Real; Agência Lusa;

Antena 1; Rádio Universidade; Mensageiro Notícias. Apenas foi publicada uma notícia na Voz de Trás-os-Montes.

### Avaliação

A avaliação desta actividade foi realizada pelos próprios participantes da acção através de um questionário administrado no final do evento. Passemos então à análise dos respectivos questionários.

### Análise dos Questionários

Foi entregue um questionário a cada participante com uma nota referindo a importância da entrega do mesmo no secretariado. Num universo de 9 participantes, responderam ao questionário de avaliação 9 participantes. Logo, responderam a este questionário 100% da totalidade dos inquiridos, percentagem claramente desejável para uma eventual generalização dos resultados.

Não obstante, passemos, de seguida, à análise dos questionários respondidos e validados.

#### I - Participação em actividades da REAPN

Do universo de 9 participantes que entregaram o questionário, 67% dos participantes (6) nunca participaram em actividades da REAPN, enquanto que 33% (3) não responderam à questão.

#### II - Avaliação do evento: conteúdos e organização

Ao nível da divulgação do evento, 56% dos participantes consideraram a divulgação muito boa sendo que 22% dos participantes classificaram a divulgação de boa. 22% dos participantes não responderam à questão.

Relativamente ao secretariado, 67% dos participantes (6) consideraram a prestação do secretariado de muito boa, 33% de boa. Ao nível dos conteúdos transmitidos neste evento, os participantes foram questionados para avaliar a pertinência da temática, ou seja, 44% dos participantes consideraram o tema da pobreza/exclusão social bastante pertinente, sendo que 56% consideraram esta temática de muitíssimo pertinente. Sobre a qualidade das intervenções, 67% consideraram que as intervenções foram bastante boas.

Os itens relacionados com a logística do evento tiveram uma classificação intermédia entre o bom e suficiente. Destaca-se a calendarização que foi classificada de boa por 56% dos participantes. Em relação à duração do evento, 44% classificaram de boa, muito próximo da classificação de muito boa (33%). O item relacionado com o cumprimento dos horários também foi classificado de bom (56%). (ver gráfico 1).

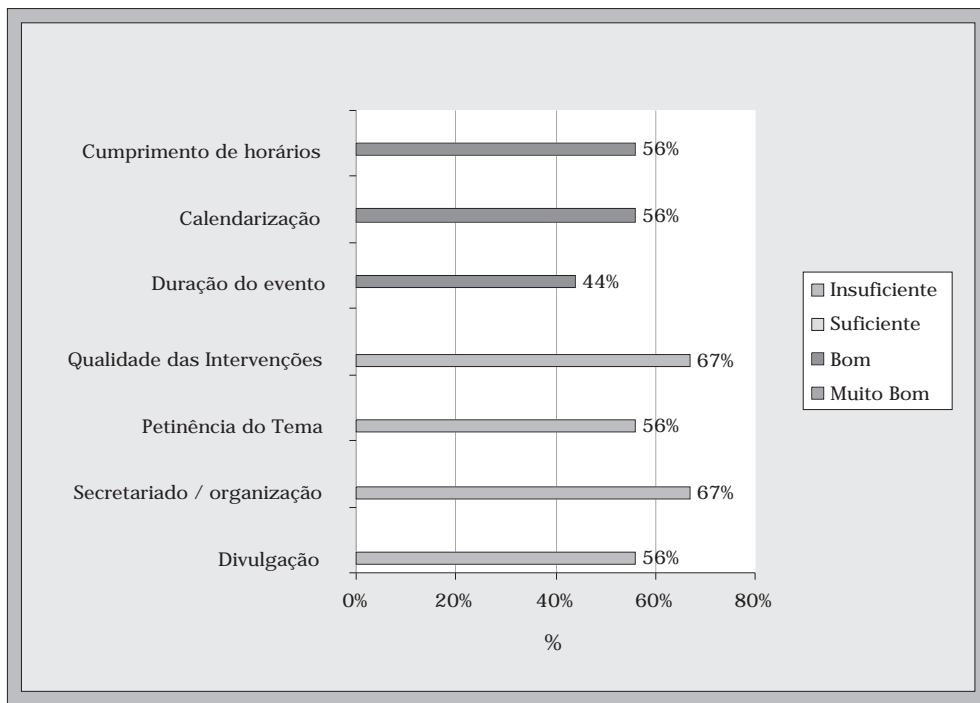


Gráfico 1- Avaliação do evento - Conteúdos e Organização

Em relação às expectativas dos participantes, 67% dos participantes referem que o evento correspondeu totalmente às suas expectativas, enquanto que 22% dos participantes referiram que correspondeu às expectativas mas em parte justificando estas classificações a partir das seguintes razões:

- Momentos de aprendizagem e novos conhecimentos
- Expressar as suas ideias
- Diversão

A penúltima questão diz respeito a uma avaliação dos pontos fortes e pontos fracos deste evento. Assim sendo, os pontos fortes destacados pelos participantes foram:

- Convívio
- Almoço
- Expressar ideias
- Aprender coisas novas
- Conhecer pessoas novas
- Novas experiências

Em relação a aspectos negativos não foram referidos aspectos negativos.



Por último, sugestões e temas para futuras iniciativas, os participantes sugerem:

- Como cozinhar de forma económica;
- Saúde e hábitos alimentares;
- Educação.



### PARTE 3

#### Abordagem conceptual I conclusões do encontro distrital de pessoas em situação de pobreza

O contacto proporcionado pelo Encontro Distrital de Pessoas em Situação de Pobreza com as intervenientes aproxima-nos do quadro conceptual e analítico desenhado por Bruto da Costa (2008). Para este destacado autor, a pobreza resulta de uma condição de privação por ausência de recursos; embora (e como o próprio admite) possa parecer um conceito que simplifica um fenómeno complexo, essa economia de palavras releva uma relação causal recíproca, essencial para o entendimento, não só do fenómeno em si da pobreza, como da sua permanência e continuidade, assim como respectiva permeabilidade às sucessivas medidas e políticas sociais. De facto, a pobreza enquanto expressão da escassez e privação económico-material não pode ser desligada da ausência de recursos; sendo estes fundamentais, não só para mitigar as carências, mas também para dotar os indivíduos de meios e formas de ultrapassar as condições de pauperização em que se encontram. A pertinência da observação do fenómeno da pobreza à luz da relação entre privação e ausência de recursos não se esgota nas potencialidades heurísticas da proposta, permitindo equacionar possibilidades de intervenção e avaliação da eficácia das medidas e políticas sociais. Quando se fala de recursos, não se está a restringir o seu espectro às dimensões material e financeira, antes a alargar a bitola aos mecanismos e instrumentos capazes de viabilizar uma mais activa participação cívica dos grupos e dos indivíduos. Subjacente a este pressuposto está a ideia de que a mera satisfação casuística das necessidades materiais e económicas das populações empobrecidas não constitui, em si, uma fórmula de resolução do problema. Mantendo-se a ausência ou limitação dos recursos endógenos para fazer face às privações, as medidas supletivas de cariz financeiro veiculadas pelos organismos estatais (e não só) podem acabar por funcionar como catalizadoras e reprodutoras da dependência dos beneficiários, alimentando a manutenção do ciclo de pobreza. O pacote de medidas económicas e financeiras com vista a combater a pobreza deve ultrapassar o marco redistributivo, almejando o que Bruto da Costa clama de “repartição primária do rendimento, da propriedade e do poder” (2008: 197). Seguindo esta tese, a acção do Estado deve pugnar por garantir aos indivíduos em situação de pobreza os meios para atenuar o sofrimento das pessoas, manter níveis de vivência dignos, assegurar o acesso a bens e serviços essenciais (habitação, saúde, alimentação, educação...), providenciar as condições para a autonomização dos grupos e dos indivíduos (através de planos de formação contínua, educação de adultos, formação profissional, criação de auto-emprego, acesso ao crédito e micro-crédito), num processo estruturado e articulado conducente aos reforço dos níveis de cidadania. Nesta óptica, e voltando à conceptualização de Bruto da Costa, o exercício dos direitos

de cidadania e a plena participação cívica constituem-se como recursos fundamentais para afastar as populações do limiar da pobreza. Este processo tem por base um realinhamento dos sistemas de poder (Friedmann 1992), implicando, necessariamente, constituir os indivíduos sujeitos às medidas sociais como partes activas na gestão das ajudas. Tal, em tese, converge no sentido do preconizado pelo conceito de *empowerment*, partindo do “pressuposto de que os grupos marginalizados e discriminados na sociedade sofrem de uma falta de poder que os impede de lutar pelos seus direitos e usufruir de benefícios económicos e sociais, assim como de participar nas decisões políticas que interferem nas suas vidas” (Fazenda, s/d). Como os programas assentes numa lógica de *empowerment* têm como finalidade trabalhar as dimensões das relações de poder (suplantando a linearidade e verticalidade das lógicas relacionais tradicionais que colocam os beneficiários numa posição de submissão face aos agentes e organismos administradores das ajudas, assumindo por vezes posturas de autoritarismo e paternalismo face aos utentes), procuram actuar no sentido de devolver aos indivíduos capacidade de acção e voz, constituindo-os como actores sociais plenos. Assumindo *empowerment* como um processo multi-faseado (Fazenda, s/d; Pinto 1998), o Encontro de Pessoas em Situação de Pobreza do Distrito de Vila Real toca as primeiras três etapas, a saber, (i) “tomada de consciência pelos indivíduos ou grupos da sua situação de exclusão e falta de poder; (ii) identificação com outros indivíduos ou grupos em situação semelhante; (iii) levantamento de competências e recursos necessários para maior controle das suas vidas” (Fazenda, s/d).

Através de uma abordagem pela via do *empowerment*, o conceito de liberdade ganha protagonismo e torna-se um valor central no âmbito da realização plena da inclusão social; como propunha Paulo Freire (1970), a liberdade é, simultaneamente, uma condição para e produto da emancipação dos indivíduos e dos grupos. Seguindo esta óptica, uma limitada participação cívica remete para um plano de perda de liberdade. Sem desvalorizar as dimensões da discussão mais metafísicas em torno do sentimento e exercício das liberdades, Bruto da Costa traz a questão para um plano bem mais, *grounded*, argumentando que a pobreza implica, também, falta de liberdade para satisfazer as necessidades mais básicas e legítimas dos indivíduos. Como diz Bruto da Costa (2008), uma pessoa com fome não é livre, antes do mais não é livre de comer. Intervir para reduzir os níveis de pobreza implica, então, a conjugação de ajudas de natureza financeira capazes de colmatar privações do quotidiano com programas que estimulem uma mais activa participação cívica das populações (da formação escolar básica à profissional, animação sócio-comunitária, associativismo...).

Assim, o cumprimento do desígnio de maior participação das populações identificadas como pobres envolve a auscultação das mesmas, num processo que desde logo tem o mérito de fazer sentir a esses indivíduos que são de algum modo achados na cadeia de poder e na escala decisória. Neste sentido, mais do que ouvir para melhor conhecer

os colectivos, dar-lhes voz remete para um processo de interacção dinâmica e bidireccional promotor da consciencialização do poder que os próprios detêm, cumprindo, desse modo, um dos predicados do *empowerment*. O encontro promovido pela REAPN de Vila Real inscreve-se nesse propósito, procurando funcionar como estratégia de avaliação e reflexão em torno da aplicação de medidas sociais, ambicionando promover uma mais activa participação dos beneficiários nos processos de atribuição das medidas sociais. Conjuntamente, o evento perfilha duas das conclusões propostas pelo Fórum Não-Governamental para a Inclusão Social: *(i)* o facto de a avaliação e acompanhamento das medidas depender quase exclusivamente da observação de dados estruturais cuja origem depende das instituições responsáveis pela sua implementação; e *(ii)* a quase inexistência de mecanismos de monitorização que contemplem a participação dos diversos actores envolvidos (sejam técnicos e parceiros locais, sejam os próprios beneficiários<sup>4</sup>). Longe de um formato concreto de monitorização da aplicação de medidas sociais, a reunião de pessoas beneficiárias desses apoios constitui-se como um contributo para a difícil tarefa de avaliação das políticas sociais e uma alternativa às metodologias *macro* assentes na análise da evolução e comparação de dados estatísticos, auscultando, num formato participativo, as opiniões daqueles que podem ser considerados como o centro do alvo dessas políticas.

Como já foi aludido anteriormente, ao propor medidas sociais para *(i)* aliviar/mitigar situações de privação e precariedade induzidas ou agravadas por momentos de crise económica, *(ii)* suportar carências de colectivos e indivíduos sujeitos a dificuldades económicas estruturais, *(iii)* reduzir os níveis e riscos de vulnerabilidade sócio-económica, o Estado assume o papel de garantia do equilíbrio social mediante um conjunto de ajudas que, articuladamente, auxiliam os indivíduos e agregados a manter níveis mínimos de qualidade de vida e susceptíveis de potenciar a suplantação de dificuldades. Mas, até que ponto os beneficiários dessas prestações e medidas entendem esse papel coadjutor do Estado? Que representações projectam sobre a actuação dos diversos organismos do Estado e como se revêem no universo de políticas de políticas sociais? Dar oportunidade aos beneficiários das medidas sociais de partilhar os seus considerandos acerca das ajudas que recebem, não só proporciona um conhecimento sobre os processos, sinergias e obstáculos que pautam a sua implementação, como pode contribuir para uma a consciencialização dos próprios enquanto parte activa no processo.

Não obstante o facto de as medidas serem superiormente decididas e a escala de implementação muitas vezes escapar às estruturas de proximidade com os utentes, é proveitoso ir ao encontro das representações que os públicos dessas medidas tecem em torno delas. Ouvir e dialogar com os beneficiários pode resultar numa estratégia

---

4. Todavia, para que tal se cumpra, é preciso que, localmente, os parceiros estejam abertos à possibilidade de auscultação dos públicos alvos.

riquíssima que, eventualmente, permitirá equacionar: *(i)* como os indivíduos vêem e se relacionam com as políticas sociais; *(ii)* níveis e eficácia da implementação das medidas localmente; *(iii)* níveis de relacionamento (dependência, emancipação, paternalismo...) entre utentes e serviços (tanto as instituições como os respectivos agentes); *(iv)* distâncias entre a definição das medidas e políticas e os níveis locais de concretização das mesmas; *(v)* até que ponto as medidas não geram atitudes de passividade nos utentes, surgindo o Estado como agente incapacitador em vez de promotor da participação e empowerment, *(vi)* níveis de cidadania (e representações que os indivíduos tecem em torno das possibilidades e oportunidades de participação cívica).

No espaço deste documento dificilmente cabem todos os contributos, opiniões, reflexões, lamentos, elogios, ideias, propostas e emoções partilhadas durante o Encontro Distrital de Pessoas em Situação de Pobreza. Tentaremos, todavia, esboçar de seguida as principais conclusões a extrair do evento, em particular no que respeita à primeira dinâmica do encontro, e que desafiou as intervenientes a expressarem-se sobre as suas situações pessoais e familiares, e como enquadram os seus quotidianos e futuro face às ajudas disponíveis.

Desde já, cabe fazer uma ressalva para a heterogeneidade do painel de participantes. Apesar de se tratar de uma amostra composta exclusivamente por nove mulheres, estas provinham de contextos bem diferenciados, alternando entre o urbano e o rural, apresentando diferentes níveis de literacia e de escolaridade, diferentes estruturas familiares e situações conjugais. Foi com este elenco que Óscar Bernardes, o “facilitador” da dinâmica, encetou um processo de diálogo, inquirindo sobre as perspectivas que cada uma tinha acerca das medidas e programas de ajuda, quer fossem tuteladas pelo Estado, quer pelas estruturas do poder local ou IPSS's. No debate moderado por Óscar Bernardes, procurou-se estimular a participação franca e espontânea das mulheres, acabando por partilhar as dificuldades que sentem ser mais constrangedoras dos seus quotidianos familiares e exprimir os níveis de satisfação relativamente aos mais variados serviços de apoio social, de saúde e educativos. Assim, a dinâmica de grupo desenvolvida durante a manhã do Encontro assentou em três grandes eixos: 1) as representações pessoais e colectivas do painel sobre as principais dimensões que sustentam o apoio social (saúde, municípios e juntas de freguesia, segurança social); 2) o grau de conhecimento acerca das medidas de apoio social existentes; 3) a identificação dos principais problemas pessoais e percepções em torno da capacidade de resposta existente, assim como os níveis de capacitação individual para ultrapassar as dificuldades.

Segundo o estudo dirigido por Bruto da Costa (2008) sobre o fenómeno da pobreza em Portugal, a saúde é uma das dimensões mais importantes. Neste contexto, a saúde constitui um indicador expressivo do sentimento de vulnerabilidade das faixas de população com menos recursos. Como constatou a equipa de investigadores liderada

por Bruto da Costa no (2008: 11-13), é bastante maior a proporção de indivíduos em situação de pobreza que se queixam de problemas de saúde face à restante população (ibidem 146), sentindo-se, ao mesmo tempo, excluídos do sistema de prestação de cuidados médicos. O caso das participantes no Encontro faz eco dessas conclusões. Não pondo de parte as expressões, minoritárias, de satisfação com os serviços médicos, há que assinalar a amplitude das críticas esboçadas ao funcionamento das estruturas médicas locais e distritais. Entre as queixas mais ouvidas, a demora na marcação de consultas nos centros de saúde, a falta de médicos de família, a dificuldade (senão mesmo impossibilidade) de mudar de médico, e, uma observação quase unânime, a extrema dificuldade em convencer os médicos a prescrever medicação genérica menos onerosa para os parcos orçamentos familiares. Para cerca de metade das participantes, as dificuldades de relacionamento com alguns dos profissionais de saúde, em particular os respectivos médicos de família, leva-as a recorrer aos serviços de saúde apenas em casos de necessidade, afastando-se de uma medicina preventiva e das consultas de rotina. Apesar da insatisfação face aos serviços médicos dependentes do Serviço Nacional de Saúde manifestada por algumas das participantes, constatou-se uma clara renitência em recorrer ao livro de reclamações, preferindo estratégias que passam pela negociação de acordos com os profissionais ou pela resignação (sobre este assunto, os discursos mostraram a ideia de que o livro de reclamações não é solução, podendo mesmo agravar o problema). De um modo geral, transpareceu um registo que remete estas utentes para um plano de dependência face aos serviços e técnicos de saúde (especialmente em relação aos médicos), denotando uma reduzida margem de manobra no que toca à afirmação dos seus direitos. Ainda sobre o sistema de cuidados de saúde, convém destacar a percepção de que este não funciona de modo uniforme em todo o território nacional, com perdas de qualidade no serviço quando se muda de distrito. Esta impressão foi partilhada por uma participante que, ao transferir a residência da família de Lisboa para o distrito de Vila Real, se viu a braços com a perda de um conjunto importante de apoios e benefícios aos filhos com dificuldades de aprendizagem e deficiência. Este aspecto releva um conjunto de leituras que não convém negligenciar e que respeitam à universalidade dos serviços de saúde e igualdade dos cidadãos face aos serviços do Estado, pondo em destaque as fragilidades da coesão territorial do país.

A propósito das representações à volta dos apoios proporcionados pelas estruturas de poder local, as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais, ficou clara a percepção por parte das participantes de que existe um tratamento diferenciado dos munícipes pelas entidades camarárias e juntas de freguesia e que os conhecimentos pessoais são fundamentais para aceder ao poder local. Neste quadro, é perceptível um sentimento quase generalizado de que as ajudas municipais e das juntas de freguesia são injustas e discricionárias, havendo uma profunda desconfiança face aos detentores do poder

local<sup>5</sup>. Já quando instadas a falar sobre a relação com a Segurança Social, desde logo ficou clara uma impressão geral favorável à forma como os seus técnicos vinham intervindo e as participantes acabaram por convergir no reconhecimento do zelo com que os técnicos da Segurança Social as apoiavam, acompanhando-as constantemente, sentindo-os presentes, próximos e interessados.

Quando inquiridas sobre o leque de medidas de apoio que conheciam, as respostas das participantes coincidiu com as de outras que haviam estado noutros eventos congêneres da REAPN; mais concretamente, resumiram o universo de medias conhecidas ao RSI, aos abonos e às ajudas à habitação. Já a formação, fundamental para a integração na vida laboral, é sentida como escassa e sujeita às preferências de quem dela não necessita, mostrando, de novo, a percepção de que certas opções são disponibilizadas de forma discricionária, valendo acima de tudo a proximidade dos indivíduos aos titulares do poder. Neste âmbito, o programa Novas Oportunidades (ainda) não contempla a totalidade das participantes; embora a maioria que nele participa sinta que não está a perder tempo, acaba por questionar a efectiva utilidade do diploma tendo em conta o problema estrutural da falta de oportunidades de emprego. As mulheres que não estão envolvidas nas Novas Oportunidades identificam as responsabilidades familiares e o acompanhamento dos filhos menores como um sério entrave à frequência de cursos de formação. Entre as medidas de apoio social, o RSI é, de longe, a medida que as participantes entendem como a mais importante. Neste capítulo, há a destacar que 1) é geral o sentimento de injustiça na distribuição das quantias; 2) acham que o montante do RSI devia ser mais elevado para as mulheres (clara percepção de vulnerabilidade acrescida em que se encontram e de desigualdade de oportunidades, além da sobrecarga de responsabilidades domésticas); 3) reconhecem que há casos de injustiça na atribuição do RSI através da participação na economia informal (ideia de que a ilegalidade pode acabar por compensar); 4) há quem proponha que o RSI seja complementado com vales para aquisição de produtos alimentares ou outros de primeira necessidade; 5) ideia de que as propostas de trabalho sugeridas pelas entidades competentes pela inserção no sector laboral devem ser compatíveis com as responsabilidades familiares.

Na sequência da troca de ideias acerca das perspectivas de futuro, é de destacar a crença de que cabe ao Estado tratar de garantir as oportunidades e condições para melhorar a vida das pessoas, manifestando, ao mesmo tempo, um sentimento de impotência e de pessimismo quanto ao futuro do país e da região. Este sentimento é sustentado, em parte, pela preocupação com a escassez de empregos; pela constante

---

<sup>5</sup> Notou-se que o conhecimento acerca das possibilidades de ajuda oferecidas pelos municípios não é comungado por todas, ressaltando a oportunidade que o evento deu para a partilha de conhecimentos sobre o leque de medidas disponibilizadas pelas Câmaras Municipais.



exigência de habilitações académicas que as participantes, na sua maioria não detém; pela incompatibilidade entre as propostas de emprego e as preocupações e responsabilidades perante a família.

Surgiram várias ideias que convém assinalar como notas conclusivas. Detonou-se, por algumas das participantes, uma relação hipotética entre a sua postura pró activa (afirmando abertamente que “vão à luta” e que reivindicando e reclamando melhor serviço e atenção) e a sua imagem da Segurança Social e o apoio dos técnicos que é claramente positiva. Esta representação positiva estende-se à comunidade local traduzida em dinâmicas associativas de bairro baseadas em parceria e em rede.

O papel activo destas pessoas não se configura apenas ao apoio do Estado mas abrange claramente a sua participação na comunidade residente.

Outra nota conclusiva que importa ressaltar tem que ver directamente com a representação ambivalente da função do acompanhamento no terreno das equipas do RSI. Esse acompanhamento é considerado, do ponto de vista dos participantes, como um método de fiscalização. Contudo, simultaneamente, consideram necessária que esta “fiscalização” seja levada a cabo para evitar a perversão do sistema através da reprodução de injustiças sociais. A questão que, numa acção futura poderemos colocar é, em que moldes esse acompanhamento deve ser feito? Que tipo de acompanhamento?

A par das medidas de apoio de que beneficiam, seja da parte da Segurança Social, seja dos municípios, seja dos serviços de saúde, ficou clara a importância da retaguarda e redes familiares.

Ultrapassar as situações de pobreza e exclusão social não se faz apenas através das medidas de apoio que beneficiam da parte do Estado (Segurança Social, Saúde, Municípios, etc) mas há que trabalhar o pilar família. Esta deve ser a área prioritária de intervenção.

#### PARTE 4

##### Bibliografia

Costa, Alfredo Bruto da, 2008, *Um Olhar Sobre a Pobreza – Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Gradiva.

Freire, Paulo, 1970, *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Fazenda, Isabel, s/d, “Empowerment e Participação: Uma Estratégia de Mudança”, Centro Português de Investigação e História do Serviço Social.

Friedmann, 1992, *Empowerment – Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras: Celta Editora.

Pinto, Carla, 1998, “Empowerment: uma prática de serviço social”, in *Política Social*, Lisboa: ISCSP.

PARTE 5 - Anexos

ENCONTRO DISTRITAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA  
I 22 DE MAIO DE 2009

IPJ DE VILA REAL

GUIÃO PARA O WORKSHOP:

“A verdadeira participação é uma condição para uma real inserção social”<sup>6</sup>

Nota: Pode-se alterar a ordem das questões

OBJECTIVOS	QUESTÕES	OBSERVAÇÕES
1 - Perceber o nível de envolvimento da família no processo de autonomização do indivíduo	1. Enumerem 3 problemas que estão a viver neste momento	
	2. Existe alguma relação entre os seus problemas e a sua família?	
	3. Na vossa opinião, de quem é a responsabilidade para resolver esses problemas?	
	4. O que é para vocês uma família ideal?	
2 - Perceber os níveis de informação sobre as Medidas existentes na área da protecção social, educação, formação, emprego e saúde e os instrumentos para a sua implementação.	5. Quais são as medidas que conhecem na área da protecção social?	
	6. De que medidas já foram alvo? Porquê? Como? Que resultados teve nas vossas vidas?	
	7. E na área da habitação, de que medidas já foram alvo?	
	8. O que mudaria nas medidas e na forma como estas são aplicadas?	
3 - Perceber os níveis de satisfação relativamente aos serviços e à relação técnico - utilizador.	9. O que pensam da qualidade e acesso aos serviços aos quais já recorreram?	

<sup>6</sup>. Máxima do II Encontro Regional de Pessoas em Situação de Pobreza realizado em Outubro de 2008 pela REAPN.

OBJECTIVOS	QUESTÕES	OBSERVAÇÕES
<p>4 - Perceber os níveis de satisfação relativamente aos serviços e à relação técnico – utilizador.</p>	<p>10. Consideram que os serviços e os técnicos são os responsáveis pela vossa situação actual (co – participação e co – responsabilidade)?</p>	
	<p>11. Existe uma relação de partilha de compromissos?</p>	
<p>5 - Perceber os níveis de participação dos grupos na resolução dos seus problemas, na definição de estratégias de inclusão e de autonomização para o futuro.</p>	<p>12. Consideram-se envolvidos nas decisões sobre o respectivo projecto de vida?</p>	
	<p>13. Consideram-se responsáveis para melhorar a vossa situação?</p>	
	<p>14. Como vêm o vosso futuro?</p>	
<p>6 - Perceber os níveis de autonomização relativamente aos serviços. Explorar o carácter e a temporalidade dos apoios, bem como os sentimentos sobre a dependência prolongada do sistema de providência.</p>	<p>15. Consideram que, algum dia, poderão não vir a precisar do apoio que recebem actualmente?</p>	
	<p>16. Acham que o estado tem sempre a obrigação de vos apoiar?</p>	